

A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE GUARABIRA E REGIÃO

Franceleyde Ferreira Delfino
Marta de Lima Silva
Tatiana Losano de Abreu
Wiliane Viriato Rolim
Edilane Moisés do Nascimento
Patricio Loureço da Silva
Marcondes Alexandre de Lima

RESUMO

Este texto tem como objetivo relatar o processo de assessoria realizado pelo Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários (NUCAES), em acompanhamento ao Fórum Regional de Economia Solidária de Guarabira e região, através do projeto de extensão Práticas solidárias: formação para o empreendedorismo social, que buscou incentivar o fortalecimento e a integração dos empreendimentos solidários. Neste sentido, nossa abordagem metodológica partiu das teorias da economia solidária, fato que possibilitou a realização de uma análise qualitativa do fórum, que foram realizadas a partir da participação em diversas eventos e reuniões ao longo do projeto. A partir do desenvolvimento do projeto percebeu-se a importância da formação em economia solidária para os empreendimentos, como um processo contínuo e que possibilitará o fortalecimento deste espaço, como lugar de resistência democrática, inclusão e diversidade, pois no fórum regional participaram diversos segmentos sociais: grupos agricultores familiares, artesãos, banco comunitário e outros, somando um total de 42 empreendimentos e organizações de sociedade civil. Por esta condição, se verificou que o processo não se findou, pelo contrário, novas demandas e novos desafios surgiram para o fortalecer a economia solidária enquanto espaço de luta coletiva.

Palavras chave: Fórum. Economia Solidária. Empreendimentos sociais. Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários (NUCAES).

THE EXPERIENCE OF THE GUARABIRA SOLIDARITY ECONOMY FORUM AND REGION

ABSTRACT

This text aims to report the advisory process carried out by the Catalyst Nucleus of Solidarity Enterprises (NUCAES), in follow-up to the Regional Forum of Solidarity Economy of Guarabira and region, through the Solidarity Practices: Training for Social Entrepreneurship extension project, which sought encourage the strengthening and integration of solidarity enterprises. In this sense, our methodological approach started from the theories of Solidarity Economy, a fact that made it possible to carry out a qualitative analysis of the Forum, which were carried out through participation in various events and meetings throughout the project. From the development of the project, the importance of training in Solidarity Economy was perceived for the enterprises, as a continuous process that had made possible the strengthening of this space, as a place of democratic resistance, inclusion and diversity, because in the regional Forum several social segments participate : family farmers, artisans, community bank and others, totaling 42 enterprises and civil society organizations. Because of this condition, it was

found that the process has not ended, on the contrary, new demands and new challenges have emerged to strengthen the Solidarity Economy as a space for collective struggle.

Keywords: Forum. solidarity Economy. social Enterprises. Catalyst for Solidarity Enterprises (NUCAES).

Data de submissão: 30/04/2020

Data de avaliação: 12/08/2020

1 INTRODUÇÃO

O Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários (NUCAES), do Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – *Campus* Guarabira, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), atua na grande região de Guarabira, visando influenciar diretamente o desenvolvimento de empreendimentos de Economia Solidária e a constituição de espaços que busquem o fortalecimento e a integração entre esses grupos.

Desta maneira, foi desenvolvido o Projeto de Extensão “Práticas solidárias: formação para o empreendedorismo social, que teve como objetivo prestar assessoria ao Fórum de Economia Solidária de Guarabira e Região (FESGR), através do acompanhamento das atividades realizadas e da identificação das necessidades formativas dos envolvidos no projeto, nos quais encontramos: discentes, docentes, profissionais do IFPB, entidades de apoio do fórum e comunidade externa.

Neste sentido, no presente artigo iremos discorrer sobre o processo de acompanhamento do Fórum, buscando demonstrar quais os desafios para realizar assessoria deste espaço e quais as perspectivas e avanços que foram alcançados ao longo do projeto. Discutiremos ainda como se desenvolveu a participação das entidades e representações dos empreendimentos solidários.

Ao vislumbrar o processo de criação do FESGR, recorda-se que este aconteceu a partir dos encaminhamentos do Seminário de Integração dos Empreendimentos Econômicos Solidários (INTEGRASOL) evento promovido pelo NUCAES e que é realizado anualmente e reúne os empreendimentos da região no intuito de estabelecer diálogos e trocas de saberes entre o referido núcleos e os demais empreendimentos solidários da região dentre outros atores envolvidos no processo, além de sondar as demandas e necessidades comum aos grupos de economia solidária, para a realização do assessoria.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Economia solidária

A Economia solidária, segundo Singer (2003), é definida como uma forma de produção que tem como alicerce a igualdade. Essa, sendo uma das características principais, estende-se ao acesso aos meios de produção entre os trabalhadores.

A Economia solidária também é uma forma alternativa de produção cujo trabalho é organizado de forma associada, coletiva. Trata-se então, de uma economia praticada por uma classe trabalhadora desfavorecida e muitas vezes excluída do mercado de trabalho. Essa realidade de exclusão se dá por muitos fatores como: idade avançada para o mercado, pouca capacitação, assim como, não se pode esquecer que é estrutural do sistema capitalista a existência de uma massa de trabalhadores desempregados que precisam encontrar alguma forma de geração de renda para sobreviver.

Nessa perspectiva, a economia solidária visa incluir e dar oportunidades de geração de renda a pessoas que, por não possuírem um bom currículo (aos olhos do mercado) ou nunca terem trabalhado em empresas reconhecidas, vivem à mercê da pobreza e de situações precárias.

Contudo, a economia solidária contribui para a democratização da economia mundial, pois, permite a interação dos indivíduos em busca da igualdade de oportunidades, o cultivo e cuidado com o meio ambiente, a luta pela justiça social e a garantia dos direitos dos cidadãos, além do aprendizado de atitudes autônomas nas relações e na tomada coletiva de decisões (SILVA; NAGEM, 2012).

De acordo com (FRANÇA FILHO, 2007, p. 159):

Em resumo, a noção de economia plural, que aqui adotamos como desdobramento da opção por uma definição substantiva de economia, corresponde à ideia de uma economia que admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas. Esse modo de conceber o funcionamento da economia real permite ampliar o olhar sobre o econômico para além da visão dominante, que reduz seu significado à ideia de economia de mercado, permitindo, ainda, perceber certas singularidades, próprias às práticas de economia solidária.

Desta forma, a economia solidária representa a pluralidade, pois, será possível encontrar uma diversidade de empreendimentos que buscam a subsistência da família através de princípios diferenciados.

Segundo Azambuja (2009) os(as) trabalhadores(as) da economia solidária produzem orientados por valores ideológicos como a solidariedade, participação, igualdade e cooperação organizadas sob a forma da autogestão. Para Batista Filha, Silva e Guimarães (2012), A autogestão está relacionada com a forma coletiva de gerir o empreendimento de economia solidária, que se dá através da efetiva participação de todos, abolindo o tradicional papel patrão/empregado. A solidariedade está relacionada com a responsabilidade recíproca, já que todos são responsáveis pela produção, logo devem trabalhar em conjunto com vistas no resultado coletivo. A valorização e promoção da dignidade do trabalho humano está relacionado com a própria forma de produzir e dos(as) trabalhadores(as) se relacionarem. Pois, o trabalho ocupa posição central, sendo impedido qualquer tipo de exploração (SINGER, 2015).

A democracia refere-se ao respeito pela opinião de todos(as) e efetiva participação de todos(as) nos processos decisórios. Esta temática, especificamente, merece maior aprofundamento, proposto no tópico a seguir.

2.2 Democracia e resistência

Em tempos de eclosão de novas formas de superação do modelo de democracia no Brasil, percebemos que ao analisar o processo democratização do país é necessário compreender o modelo da democracia liberal que foi implantada, também denominada de democracia representativa, tomando como referência a Constituição Federal de 1988, considerada como a “Constituição Cidadã”. Tal compreensão possibilita entender como as formas de participação popular e coletiva, como os Fóruns da Economia Solidária ainda são uma realidade nova para muitos cidadãos e cidadãs.

Desta maneira, recordamos que a democracia liberal tem como característica principal a renúncia e entrega do poder que o indivíduo possui em favor de outro indivíduo ou de um pequeno número de indivíduos, que são escolhidos por meio de eleições e sufrágio universal para governar o Estado. Os indivíduos que são escolhidos ao assumirem o poder do Estado, tornam-se representantes e são responsáveis por criar e executar leis comuns a todos os cidadãos e cidadãs, estabelecendo seus direitos e deveres, assim:

A participação é também redefinida como manifestação daquela liberdade particular que indo além do direito de exprimir a própria opinião, de reunir-se ou de associar-se para influir na política do país, compreende ainda o direito de eleger representantes para o parlamento e de ser eleito (BOBBIO, 2004, p. 324).

Porém, na maioria dos casos os cidadãos e cidadãs que não são eleitos tendem a se converterem em expectadores do processo decisório, ou seja, não conseguem participar e influenciar nas decisões que serão tomadas nas arenas do poder do Estado pelos que foram eleitos, ficam excluídos deste processo.

Percebendo o afastamento dos indivíduos do processo decisório e do distanciamento criado pelo modelo liberal, que se tornou hegemônico no século XX em todo o mundo, a democracia representativa converteu-se em uma forma de justificar a dominação política das elites liberais, conforme explica:

A teoria democrática não está mais centrada na participação "do povo", na participação do homem comum, nem se considera mais que a principal virtude de um sistema político democrático reside no desenvolvimento das qualidades relevantes e necessárias, do ponto de vista político, no indivíduo comum; na teoria da democracia contemporânea, o que importa é a participação da elite minoritária e a não-participação do homem comum, apático, com pouco senso de eficácia política é vista como a principal salvaguarda contra a instabilidade (PATEMAN, 1992, p. 138).

Em contraposição ao modelo liberal, denunciado por Pateman (1992, p. 60-61), se desenvolve a perspectiva da participação popular, que passa a ser vista como uma forma efetiva de fazer com que todos os indivíduos participem do processo democrático, decisório não ficando restrito somente ao ato de votar. Esta via ganha força em todo mundo, pois visava ultrapassar a visão reducionista que a democracia representativa havia desenvolvido. Como afirma a autora:

A teoria democrática participativa é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia, pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou o treinamento social, precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver. Esse desenvolvimento ocorre por meio do próprio processo de participação. A principal função da teoria da democracia participativa é, portanto, educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico como no que se refere à aquisição de habilidades e de prática de procedimentos democráticos. Por isso, não há nenhum problema especial quanto à estabilidade de um sistema participativo; ele se auto-sustenta por meio do seu impacto educativo. A participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo.

Desta maneira, nos diversos municípios brasileiros foram surgindo experiências de democracia participativa com vistas a complementar o modelo de democracia liberal vigente, como os diversos Fóruns que foram surgindo em diversos setores da sociedade. Assim, os

cidadãos e cidadãs passaram ter consciência de que poderiam intervir diretamente na gestão das políticas públicas, com a descentralização do poder em nível local, conforme afirma Benevides (2003, p. 88): “Logo, é função desses sagrados objetivos constitucionais que o povo deve participar – decidindo, cobrando e fiscalizando”. A participação da sociedade civil, não mais se restringe apenas ao voto, vai além deste ato, superando a visão elitista da democracia liberal.

Neste sentido, os Fóruns da Economia Solidária despontam como esse espaço de participação e diálogo sobre as políticas públicas voltadas para a questão do trabalho e renda dos seus participantes. Por isso, desde sua criação, tem sido um espaço de diálogo, escuta e de luta por políticas públicas para os empreendimentos que o compõe, além de desenvolver estratégias que fortaleçam o movimento da economia solidária na região. Assim sendo, a sua luta está embasada no processo democrático, cultivando um modelo democrático de participação e atuação dos atores envolvidos, visando atender as demandas do coletivo. Diante disso, compreendemos que:

uma democracia (do grego, significando “governo do povo”) é um sistema social no qual todos dispõem de parcela igual de poder. Embora existam muitos sistemas sociais relativamente pequenos e simples (um grupo de amigos, por exemplo) que são organizados como democracias puras, no nível de organizações, comunidades e sociedades inteiras complexas, a democracia pura é muito rara. (JOHNSON, 1997. p. 66)

O FESGR ao se constituir neste espaço comunitário de participação dos empreendimentos, consegue implementar a democracia participativa possibilitando que os cidadãos e cidadãs se envolvam no processo de diálogo, desenvolvendo um processo de aprendizagem e vivência coletiva de encontrar em comum acordo as atividades que contribuam na consolidação do movimento da economia solidária na região, fortalecendo a perspectiva coletiva de enfrentar os obstáculos que surgem no processo.

Desta forma, neste ano de 2019, fazer o acompanhamento do processo de atuação do FESGR foi participar de um processo de resistência política. O aprendizado cotidiano das práticas democráticas nas reuniões, na organização dos eventos, das feiras, nas tomadas de decisões necessárias ao aprimoramento dos processos de produção e de comercialização dos produtos e serviços (como o banco comunitário) representou o fortalecimento da via contrária ao que o poder instituído tentava fazer ao impor sua vertente autoritária e antidemocrática.

Recorrendo a Bobbio (2004) para solidificarmos o conceito de resistência verificamos que trata-se de movimentos de “oposição ativa e passiva” contra o nazifascismo ocorridos na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. O autor citado nos lembra que na Europa, quando foi cunhado: “como indica, do ponto de vista lexical, o próprio termo, trata-se mais de uma reação que de ação, de uma defesa que de uma ofensiva, de uma oposição que de uma revolução.” (BOBBIO, 2004, p. 1114).

Durante a execução desse projeto de acompanhamento/assessoramento do FESGR pelo NUCAES, esse termo foi muito utilizado pelos movimentos sociais e pelas manifestações em oposição ao governo federal, justamente pelas características autoritárias reveladas em sua ação governamental.

O que traz a questão sobre em que medida as ações do FESGR são reativas ou proativas. Essa é uma das questões que levantamos em nossas reflexões sobre o que foi desenvolvido durante o ano. Lembramos que a organização do FESGR é anterior a este governo recém-eleito, embora o período aqui analisado esteja sob a sua égide.

Discutimos em que medida a resistência aqui considerada é ativa e propositiva. Recorremos ao fator fundamental do processo pedagógico de que só se aprende a democracia no seu exercício.

A tomada coletiva de decisão com todos os envolvidos tendo direito a voz e a voto precedido do debate dialógico construtivo e esclarecedor é exercício fundamental de democracia. E esta é a prática fundante da economia solidária e do FESGR. E como muito bem diz Bobbio (2004), a resistência, para além de todas as suas lutas e formas afirma-se “como também a defesa da dignidade do homem como o totalitarismo” assim como toda prática de economia solidária.

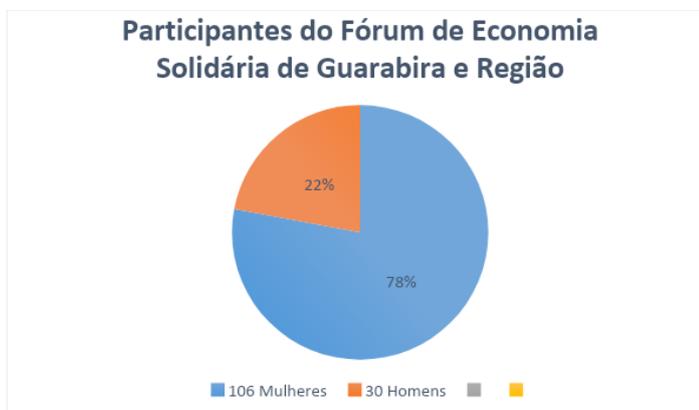
Ao lançar um olhar histórico sobre os movimentos sociais no Brasil, é perceptível uma forte participação feminina, tendência que se repete no FESGR que se torna mais um espaço de participação, que possibilita a inclusão de gênero, que permite que as vozes subalternas apareçam e contribuam no processo de desenvolvimento do Fórum, assim, compreende-se como subalternos: “às camadas mais baixas da sociedade constituídas dos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 13).

Neste sentido, os empreendimentos solidários se tornam espaços no qual as vozes subalternas são ditas e ouvidas, sem nenhuma restrição, por ser um espaço democrático que amplia a capacidade de diálogos entre as pessoas que historicamente foram silenciadas, mesmo estando presentes nos ambientes, por isso, segundo Spivak (2010, p. 16) estimula devem ser de: “criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido(a)”.

Por isso, ao lançar um olhar sobre a representação dos grupos subalternos que participam do Fórum, vislumbra-se 8 (oito) grupos de empreendimentos, são eles: Grupo Pimentas Leonel, Mulheres caboclas, Mulheres guerreiras do mutirão, Mulheres leal, Grupo esperança viva, Associação Artesanal de Alagoa Grande, Banco Comunitário Lagoa, Feira de economia solidária, Agricultura familiar, Arte e cultura de Lagoa de Dentro, e 4 (quatro) entidades de apoio, são elas: Serviço de Educação Popular (SEDUP) Comissão Pastoral da Terra (CPT), CÁRITAS e o NUCAES,

O FESGR é um espaço ocupado por pessoas de diferentes sexos, religiões, etnias e raças e apesar da diversidade dos seus membros e de suas ações se percebe que a participação feminina é bem maior totalizando 106 mulheres e 30 homens, como representado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Caracterização dos participantes do FESGR



Fonte: elaboração própria (2020)

Encontramos no “Dicionário de sociologia” Johnson (1997, p. 205) a seguinte explicação:

sexo e gênero Embora gênero seja uma palavra que tem uma longa história de usos diferentes, seu significado sociológico refere-se a ideias culturais que constroem imagens e expectativas a respeito de machos e fêmeas. Esse fato distingue gênero de sexo, cujo escopo se limita a diferenças biológicas, como a função reprodutiva, e a características secundárias, como pelos no corpo e desenvolvimento de seios. De certa maneira, trata-se de uma distinção que induz ao erro, porquanto ignora que o sexo é também um conjunto socialmente construído de ideias moldadas pela cultura. As culturas ocidentais, por exemplo, definem-no tipicamente em termos de dois sexos, homem e mulher, embora haja culturas que identificam mais de duas categorias. Nesse sentido, a importância social do sexo como um conjunto de categorias reside não em alguma realidade objetiva à qual a linguagem apenas dá nomes, mas que aquilo que pensamos como sexo é definido por ideias culturais. O gênero é em geral definido em torno de ideias sobre traços de personalidade, masculina e feminina, e por tendências de comportamentos que assumem formas opostas. Tomadas como conjuntos de traços e tendências, elas constituem a *feminilidade* e a *masculinidade*. A masculinidade costumeiramente inclui agressividade, lógica, frieza emocional e dominação, ao passo que a feminilidade é associada a paz, intuição, expressividade emocional e submissão.

Diante dessa representatividade não há como não consideramos as questões de gênero durante esse nosso relato. Não só como uma maneira de pensar sobre a organização social da relação entre os sexos, mas aprofundando na ideia fundamental das distinções baseadas no sexo, considerarmos gênero como categoria de análise, como proposto por Scott (1990, p.7):

Aqui, as analogias com a classe e a raça eram explícitas; com efeito, as(os) pesquisadoras(es) de estudos sobre a mulher que tinham uma visão política mais global, recorriam mais regularmente a essas três categorias para escrever uma nova história. O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalavam primeiro o compromisso do(a) pesquisador(a) com a história que incluía a fala dos oprimidos(as) e com uma análise do sentido e da natureza de sua opressão: assinalava também que esses (as) pesquisadores (as) levavam em consideração o fato de que as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, estes três eixos.

Neste texto, a autora discorre sobre o histórico do conceito gênero como categoria de análise. Nós assumimos o compromisso científico citado por ela assim como a inter relação necessária entre as três categorias, posto que, em nosso acompanhamento vimos claramente essas categorias, que são científicas, desenrolarem sob nossos olhos na figura de uma maioria feminina, ou de homens que defendiam valores femininos como o cuidado e a atenção, todos pertencentes a uma classe oprimida, destituída da posse dos meios de produção, com baixa escolaridade, e todos com biotipos bem próximos das populações autóctones originárias da Paraíba.

3 METODOLOGIA

Para desenvolver este trabalho nos apropriamos da metodologia da pesquisa descritiva de caráter qualitativo que, segundo Minayo (2001), trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, mas a partir de uma revisão literária para se ter um entendimento mais completo do objeto em estudo, neste caso o Fórum da Economia Solidária.

Como método de investigação da pesquisa foi utilizada a observação participante, que consiste em uma técnica baseada na interação direta entre pesquisador e pesquisado, com vistas no compartilhamento de experiências (QUEIROZ et al, 2007). Essas experiências foram relatadas pelos pesquisadores e, foi através desses relatos que buscou-se atingir os objetivos deste trabalho.

4 RESULTADOS

A realização das atividades do FESGR no seu primeiro ano de vigência, 2019, contou com a participação dos empreendimentos de economia solidária e entidades de apoio que estão vinculados ao mesmo. Nessa perspectiva, o NUCAES, atuando como parceiro social, pôde contribuir durante todo o ano para a realização das atividades.

Desta maneira, foram realizadas diversas reuniões durante todo o ano e contaram com a participação do NUCAES na realização da assessoria. Assim, na estrutura desenvolvida pela coordenação do Fórum as reuniões foram divididas em:

- Reuniões da coordenação do FESGR,
- reuniões das entidades de apoio e
- reuniões gerais e plenárias.

As reuniões da coordenação buscavam estabelecer uma pauta de organização do fórum, fomentando o planejamento das ações que deveriam ser realizadas ao longo do ano. Já nas reuniões das entidades de apoio discutiam-se sobre o acompanhamento das entidades para com os empreendimentos e o FESGR no geral. E as plenárias bem como as reuniões gerais eram realizadas palestras específicas sobre o Fórum, visando proporcionar uma maior compreensão do espaço e de sua natureza política e social. Nas plenárias também ocorriam as tomadas de decisões do Fórum e seu planejamento Anual.

No processo de planejamento do Fórum para realizar as reuniões, era combinado de comum acordo qual o melhor dia e horário, para garantir o maior número de membros. Registramos que as assessorias, colaboram neste momento, disponibilizando ajuda para organizar a participação dos membros, local para as reuniões, listas de presenças. Bem como, ainda colaboraram na articulação por meio de ligações e envio de mensagens para os empreendimentos e membros do Fórum, que confirmavam ou não a participação nas atividades.

Ao longo do ano de 2019, ocorreu uma Plenária no dia 04 do mês de Janeiro, na Cúria Diocesana de Guarabira, onde foi abordado a necessidade dos empreendimentos utilizarem o E-dinheiro (que é uma moeda eletrônica), pela Rede Paraibana de Bancos Comunitários, com a presença do pessoal responsável pelo “Banco Comunitário Lagoa” de Lagoa de Dentro.

Neste encontro foi discutido os procedimentos para definir como ocorreria o processo de adesão dos empreendimentos ao Fórum, sendo criado um termo de adesão, que é um compromisso dos empreendimentos com o FESGR. Esse termo, segundo os membros do Fórum se faz necessário e é importante para organização de dados da secretaria, que precisa acompanhar como está a participação dos empreendimentos, registros financeiros. Esse termo foi entregue aos representantes dos empreendimentos para que eles levassem para reunião de

cada empreendimento e fosse apresentado, refletido pelo grupo e depois devolvido a coordenação do Fórum.

As reuniões da coordenação proporcionam uma troca de saberes e experiências entre os membros do FESGR, desta maneira, eram realizadas palestras e atividades formativas, visando garantir uma formação que possibilitasse o fortalecimento deste espaço criado.

Além das reuniões, o Fórum criou um calendário de feiras de comercialização dos produtos produzidos pelos empreendimentos econômico solidários vinculados ao FESGR. Assim, ficou registrada em 2019 a realização de 03 (três) feiras: 1 - na cidade de Guarabira, 2 - na cidade de Logradouro e a outra 3 – na cidade de Lagoa de Dentro. Para a realização das feiras foram necessários alguns procedimentos para organizar a estrutura necessária, tais como: estabelecer o local, organizar o transporte dos empreendimentos que estão situados em diversas cidades, preparar os produtos para serem comercializados, articular as mesas, as cadeiras e atrações culturais, quando era possível, tudo isso com apoio dos parceiros do FESGR.

No processo de acompanhamento e assessoria do Fórum e dos empreendimentos foram realizadas pela equipe do NUCAES algumas visitas, ao longo do ano: Empreendimento Pimentas Leonel da cidade de Alagoinha-PB, Empreendimento Mulheres Guerreiras do Mutirão, da cidade de Guarabira-PB. Nessas visitas, a equipe do NUCAES atendia os apelos de acompanhamentos solicitados pelo Fórum e serviam para que os membros do NUCAES pudessem observar as dificuldades dos grupos e, diante disso, propor intervenções formativas.

O NUCAES também realiza anualmente o INTEGRASOL um evento que integra os empreendimentos econômicos solidários e transmite a eles, por meio de formações, palestras e dinâmicas, conhecimentos que envolvem a economia solidária em prol de suprir as necessidades formativas que os grupos vão apresentando durante todo o ano,

Após a realização dos eventos do Fórum, bem como a plenária, reuniões e feiras, ocorreu o processo de avaliação visando acompanhar o processo de desenvolvimento das atividades promovidas ao longo do ano. Neste sentido, o NUCAES que prestou assessoria ao Fórum, observou as várias necessidades, limitações e perspectivas que os empreendimentos possuem e que por meio do Fórum possam ser supridas.

Neste aspecto, se verificou que as feiras são um espaço que merece atenção especial dos empreendimentos, por ser um espaço que abre condições para que a venda da produção ocorra, democratizando o acesso e participação de todos. Além, disso despertou a necessidade de prestar assessoria sobre o processo de comercialização: produtos, os preços, a qualidade, manutenção das atividades. Por isso, se compreende que o Fórum vai avançando, embora precise de estratégias para o fortalecimento e aprimoramento da economia solidária na região.

Ocorreram, portanto, 6 reuniões com a coordenação do FESGR, voltadas ao planejamento das atividades, 1 plenária, 2 reuniões gerais, além de 3 feiras e 1 seminário. Com isso, temos que, iniciando o ano de 2019 foi se cumprindo um calendário prévio de atividades articulado pela coordenação ainda no final do ano de 2018, com seus devidos ajustes.

Durante os eventos, feiras, plenárias e seminários percebeu-se que a resistência entre os grupos é crescente, mesmo diante do atual governo, e que o FESGR está posto para somar às lutas por políticas públicas para os empreendimentos nesse momento de colapso governamental ao qual o Brasil vêm enfrentando, com um governo totalmente autoritário. É notável também que a presença mais persistente nos movimentos sociais, na economia solidária é voltado ao público feminino, não sendo diferente com o FESGR.

5 CONCLUSÃO

O “Projeto Práticas solidárias: formação para o empreendedorismo social” que teve como objetivo dar acompanhamento ao FESGR. Durante o período de execução realizou

reuniões mensais com a coordenação e as entidades para que o fórum pudesse seguir adiante mesmo com as dificuldades enfrentadas. Foram realizadas feiras solidárias para que todos pudessem compartilhar os seus produtos.

Nesta perspectiva e com os resultados alcançados, percebeu-se que ainda com todo o estímulo falta um pouco da integração entre as organizações e os grupos de economia solidária da região de Guarabira. Assim sendo, é primordial que busquem ajuda entre si através do debate em entorno dos principais problemas isso pode influenciar o fortalecimento deles e do fórum regional.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, L. R. Os valores da economia solidária. **Sociologias**, n. 21, jan./jun., 2009.

BATISTA FILHA, M. J. T; SILVA, M. L. R. da; GUIMARÃES, V. M. G. **Mãos que constroem vidas**: relatos de experiência. João Pessoa: IFPB, 2012.

BENEVIDES, M. V. de M. Nós, o povo: reformas políticas para radicalizar a democracia. *In*: BENEVIDES, M. V. de M; VANNUCHI, P.; KERCHE, F. (orgs.). **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo & Instituto Cidadania, 2003. p. 83-119.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C. Varriale *et al.* 12. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 155-174, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article>. Acesso em: 14 mar. 2020.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica: tradução. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

QUEIROZ, D. T. *et al.* Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 15, n. 2, p. 276-283, abr./jun., 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2020779/mod_resource/content/1/Observa%20Participante.pdf. Acesso em: 14 abr. 2020.

SCOTT J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, v. 15, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

SILVA, S. P; NAGEM, F; A. Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os Estados da Bahia e Paraná. **Documentos Técnicos-Científicos**, v. 43, n. 2, abr./jul., 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Beatriz/Downloads/218-404-1-SM.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SINGER, P. Entrevista. Caderno de Psicologia Social do Trabalho, v. 6, p. 109-111, dez., 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-. Acessos em: 11 abr. 2020.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2015.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.